

2. A ética da crença

O filósofo e matemático inglês **William K. Clifford** (1845-1879) defende que é imoral acreditar naquilo para o qual não temos provas ou argumentos. É imoral porque é irracional. Por exemplo, se uma pessoa acreditar que há extraterrestres sem quaisquer provas, estará a cometer dois erros: em primeiro lugar, está a ser irracional porque acredita em algo sem provas; mas, além disso, está também a ser imoral.

Está a ser imoral por dois motivos. Primeiro, porque a sua atitude acabará por dar maus resultados. Mais cedo ou mais tarde, a sua falta de sentido crítico irá provocar catástrofes e sofrimento. Segundo, porque a sua atitude acabará por se transmitir a pouco e pouco à restante sociedade, conduzindo-a à barbárie.

Para ilustrar a ideia de que é imoral acreditar naquilo para o qual não temos provas ou argumentos Clifford usa o seguinte exemplo:

Um armador estava prestes a enviar para o mar o seu navio com emigrantes. Ele sabia que o navio era velho e que não tinha uma boa construção; que já tinha visto muitos mares e climas, e que precisava de reparações constantes. Foi-lhe sugerido que o navio não tinha condições de navegabilidade. Estas dúvidas assombravam-lhe o espírito e faziam-no infeliz; pensava que talvez devesse mandar inspeccionar e reparar o navio, apesar de isto lhe sair muito caro. Antes de o navio zarpar, todavia, conseguiu ultrapassar estas reflexões melancólicas. Disse de si para si que o navio tinha feito já tantas viagens em segurança e tinha aguentado tantas tempestades que era uma perda de tempo supor que não regressaria em segurança de mais esta viagem. Confiaria na Providência, que dificilmente deixaria de proteger todas aquelas infelizes famílias que abandonavam a sua terra natal para procurar um futuro melhor noutra parte. Afastaria do seu espírito todas as suspeitas mesquinhas sobre a honestidade dos estaleiros. E deste modo adquiriu uma convicção sincera e confortável de que o seu navio era inteiramente seguro e tinha condições de navegabilidade; assistiu à sua partida de coração ligeiro e com votos benevolentes pelo sucesso dos exilados no que seria o seu novo lar; e recebeu o dinheiro do seguro quando o navio se afundou no meio do oceano sem deixar sobreviventes.

W. K. Clifford, «A Ética da Crença», 1879, trad. de Desidério Murcho, p. 70

Clifford defende que o armador é culpado pela morte de todos os passageiros do navio. O facto de o armador acreditar sinceramente na solidez do navio é irrelevante. O armador sabia que o navio estava velho e que precisava de constantes reparações, e tinha sido alertado para o facto de precisar de manutenção. Afastar os indícios de que o navio precisava de manutenção e passar a acreditar genuinamente na solidez do navio não o torna menos culpado. O armador não tinha o direito de acreditar na solidez do navio, dada a informação de que dispunha.

Agora imaginemos que afinal o navio tinha feito a viagem sem problemas. Será que isto isenta o armador de qualquer responsabilidade ao acreditar na solidez do navio? Clifford

argumenta que não. É irrelevante se o navio por acaso resistiu a mais uma viagem. O que importa é a forma como o armador chegou à sua crença de que o navio iria resistir a mais uma viagem. Dado que o armador sabia que o navio estava velho e dado que tinha sido alertado para o facto de precisar de manutenção, tinha o dever de investigar esses factos antes de acreditar no que quer que fosse. O facto de o navio ter resistido, por acaso, a mais uma viagem não torna o armador menos responsável pelo modo irracional como adquiriu a sua crença na solidez do navio. Apenas teve sorte de o navio não se ter afundado.

Assim, mesmo que o navio não tivesse naufragado, o armador seria eticamente culpado por ter uma crença sem fundamentos. Claro que neste caso não seria culpado pela morte dos passageiros do navio, uma vez que o navio não naufragou e ninguém morreu. Mas seria culpado por colocar a vida dessas pessoas em risco ao acreditar na solidez do navio sem provas suficientes. Acreditar por sorte em algo verdadeiro, sem provas, é tão eticamente errado como acreditar em algo falso sem provas. O que está errado é acreditar em algo sem provas, quer se acerte por acaso na verdade quer não.

Dado que agimos em função daquilo em que acreditamos, quando as nossas acções podem prejudicar alguém temos o dever de avaliar cuidadosamente a informação de que dispomos antes de acreditarmos no que quer que seja. Mas e se as nossas acções não prejudicarem ninguém? Será que neste caso é eticamente legítimo acreditar naquilo que mais nos convém?

Imagine-se que o João acredita, sem qualquer prova que apoie a sua crença, que é o estudante mais popular da escola. Ao acreditar nisto, o João tem uma vida mais feliz e não prejudica seja quem for. Será que mesmo assim o João é culpado por acreditar em tal coisa sem provas suficientes que apoiem a sua crença? Clifford defende que sim.

Clifford pensa que todas as nossas crenças têm uma dimensão social; não há crenças que apenas digam respeito a quem as tem.

[...] Se me permitir acreditar em algo sem razões suficientes, pode ser que nada de grave advenha dessa crença; esta até pode revelar-se verdadeira, ou posso nunca ter a oportunidade de agir publicamente com base nela. Mas não posso evitar fazer um grande mal para com o Homem, ao tornar-me crédulo. O perigo para a sociedade não é apenas o



Mensagem do Mar, de John Everett Millais (1829-1896). Ao acreditar sem provas suficientes na solidez do navio, o armador seria culpado pela morte de todos os passageiros e pelo sofrimento dos seus familiares.

de que se passe a acreditar em coisas erradas, apesar de isso ser em si bastante grave; o perigo é que a sociedade se torne crédula, e que perca o hábito de testar as coisas e de inquirir a seu respeito; caso em que se afundará mais uma vez na selvajaria. [...] Em suma: é sempre incorrecto, em qualquer parte e para qualquer pessoa, acreditar seja no que for sem provas suficientes.

W. K. Clifford, «A Ética da Crença», 1879,
trad. de Célia Teixeira, pp. 76-77

Clifford pensa que, ao acreditar em algo sem provas suficientes, estamos a cometer uma falta para com a sociedade. Ao acreditar em algo sem provas corremos o risco de criar maus hábitos mentais que poderão afectar a sociedade no seu todo. E se toda a gente se comportar dessa forma, perderemos a sociedade em que vivemos e regressaremos à selvajaria. De modo que, de acordo com a ética da crença de Clifford:

- Só é eticamente legítimo acreditar em algo se tivermos provas suficientes a seu favor.

Não há fórmulas para saber se as provas de que dispomos a favor de algo são ou não suficientes. Aquilo que Clifford defende é que antes de acreditar em algo devemos investigar cuidadosamente se isso é verdade, avaliando a informação relevante que encontrarmos. Assim, Clifford defende que a ética da crença obedece aos seguintes princípios:

1. Se temos provas suficientes a favor de algo, então **devemos** acreditar que é verdade.
2. Se temos provas suficientes contra algo, então **devemos** acreditar que é falso.
3. Se não temos provas suficientes nem a favor nem contra algo, então devemos **suspender a crença** em relação a isso – isto é, não devemos acreditar que é verdadeiro nem que é falso.

As crenças religiosas são como qualquer outro tipo de crença, e como tal, argumenta Clifford, devem respeitar estes princípios. Dado que não temos provas suficientes a favor da existência de Deus, nem provas suficientes contra a sua existência, devemos suspender a crença, isto é, devemos ser agnósticos – não devemos acreditar que Deus existe, nem que não existe. (No **Capítulo 17** iremos estudar alguns argumentos a favor e contra a existência de Deus.)

- Um **crente** é uma pessoa que acredita que Deus existe.
- Um **agnóstico** é uma pessoa que suspende a crença na existência de Deus: nem acredita que Deus existe nem que não existe.
- Um **ateu** é uma pessoa que acredita que Deus não existe.

Revisão

1. O que pretende Clifford ilustrar com o exemplo do armador no caso em que o navio naufraga?
2. Por que razão defende Clifford que o facto de o armador acreditar sinceramente na solidez do navio é irrelevante?
3. Segundo Clifford, o armador seria culpado mesmo que o navio não tivesse naufragado? Porquê?
4. Por que acha Clifford que todas as crenças, mesmo as que têm boas consequências, devem ser apoiadas por provas suficientes?
5. Por que razão defende Clifford que se acreditarmos em algo sem provas suficientes estamos a cometer um pecado perante a sociedade?
6. Por que razão defende Clifford que temos o dever de ser agnósticos em relação à existência de Deus?
7. Explique os três princípios da ética da crença de Clifford, recorrendo a exemplos.
8. Determine o valor de verdade das seguintes afirmações:
 - 1) «Um agnóstico é alguém que não sabe que Deus existe.»
 - 2) «Um ateu é alguém que sabe que Deus não existe.»
 - 3) «O agnóstico não acredita que Deus existe.»
 - 4) «O ateu não acredita que Deus existe.»
 - 5) «O agnóstico acredita que Deus não existe.»
 - 6) «O ateu acredita que Deus não existe.»
 - 7) «O crente é alguém que sabe que Deus existe.»

Discussão

9. Concorda que o armador tinha o dever de investigar se o navio estava ou não em boas condições? Porquê?
10. Concorda que mesmo que o navio não naufragasse o armador tinha o dever de não acreditar nisso? Porquê?
11. Imagine que o armador tinha mandado inspeccionar e reparar o navio, e que mesmo assim este tinha naufragado. Nesse caso, seria legítimo que o armador acreditasse que o navio não iria naufragar? Porquê?
12. «É sempre incorrecto, em qualquer parte e para qualquer pessoa, acreditar seja no que for sem provas suficientes.» Concorda? Porquê?

13. Será que ter um bom argumento a favor da existência de Deus constitui prova suficiente para acreditar na existência de Deus? Porquê?
14. Devemos ser agnósticos relativamente à existência de Deus? Porquê?
15. Imagine que se perdeu numa montanha coberta de neve e que a única possibilidade de sobreviver é conseguir saltar um enorme precipício. Olhando para a distância, é impossível dizer se o salto será bem sucedido ou não. Mas se tentar convencer-se de que será bem sucedido, talvez consiga reunir as forças necessárias para ser bem sucedido. Será que neste caso é incorrecto tentar convencer-se de que o salto será bem sucedido? Justifique.

Texto 41

Deveres para com a Humanidade

W. K. Clifford

Nenhuma crença humana é, em qualquer dos casos, uma questão pessoal que apenas a uma pessoa diz respeito. As nossas vidas são orientadas por aquela concepção geral do curso das coisas que foi criada pela sociedade para fins sociais. As nossas palavras, as nossas expressões, as nossas formas, processos e modos de pensar, são propriedade comum, trabalhadas e aperfeiçoadas ao longo dos séculos; um bem que cada geração subsequente herda como um repositório precioso e uma responsabilidade sagrada a ser entregue à próxima geração, não inalterada mas sim alargada e purificada, com algumas marcas claras do seu próprio ofício. Nesta, para o bem ou para o mal, se tece cada crença de cada homem que partilha o discurso com os outros. O nosso dever de ajudar a criar um mundo no qual a prosperidade irá viver é um tremendo privilégio e uma tremenda responsabilidade.

Nos dois casos em apreço [sendo um deles o caso do armador], considerou-se errado acreditar em algo sem provas suficientes, assim como alimentar uma crença através do afastamento de dúvidas e da evasão à investigação. A razão para este juízo não é difícil de ver: é que em ambos os casos a crença que um homem tinha era de grande importância para outros. Contudo, uma vez que nenhuma das crenças de um homem é de facto insignificante ou sem efeitos para a humanidade, por mais trivial e por mais obscuro que o crente pareça, não temos outra escolha senão alargar o nosso juízo a todo e qualquer tipo de crença. A crença, aquela faculdade sagrada que impele as decisões da nossa vontade, e que une num trabalho harmonioso todas as forças compactadas do nosso ser, é nossa não para nós, mas para a humanidade. [...]

Esta sensação de poder é o mais elevado e o melhor dos prazeres quando a crença na qual se encontra fundada é uma crença verdadeira, e que foi honestamente adquirida pela investigação. Pois assim podemos sentir com justiça que se trata de propriedade comum, e

mantém-se firme para os outros assim como para nós próprios. Depois podemos ficar satisfeitos, não porque eu descobri segredos que me fazem sentir mais seguro e forte, mas porque nós, homens, compreendemos mais uma parte do mundo; e ficaremos mais fortes, não para nós, mas em nome do Homem e da sua força. Mas se a crença foi aceite com provas insuficientes, é um prazer roubado. Não só nos ilude a nós mesmos ao dar-nos uma sensação de poder que de facto não temos, mas é um pecado, porque é roubado violando o nosso dever para com a humanidade. Esse dever consiste em nos protegermos de tais crenças como se de uma epidemia se tratasse, a qual que pode rapidamente tomar conta do nosso próprio corpo, alastrando-se de seguida ao resto da cidade.

W. K. Clifford, «A Ética da Crença», 1879, trad. de Célia Teixeira, pp. 73-76

Interpretação

1. Que quer dizer Clifford com a seguinte afirmação: «nenhuma crença humana é, em qualquer dos casos, uma questão pessoal que apenas a uma pessoa diz respeito»?
2. Como justifica Clifford a afirmação de que «nenhuma crença humana é, em qualquer dos casos, uma questão pessoal que apenas a uma pessoa diz respeito»?
3. Por que acha o autor que uma crença verdadeira e honestamente adquirida pela investigação é propriedade comum?
4. Por que acha o autor que nos devemos proteger de crenças adquiridas sem provas suficientes como se de uma epidemia se tratasse?

Discussão

5. «Nenhuma das crenças de um homem é de facto insignificante ou sem efeitos para a humanidade.» Concorda? Porquê?
6. Concorda que uma crença verdadeira e honestamente adquirida pela investigação é propriedade comum? Porquê?
7. Concorda que acreditar em algo sem provas suficientes é um mal? Porquê?
8. Concorda que nos devemos proteger de crenças adquiridas sem provas suficientes como se de uma epidemia se tratasse? Porquê?

3. O caso especial da crença religiosa

Muitos crentes estarão dispostos a aceitar as ideias de Clifford no que respeita à ética de crença, mas não em todos os domínios. Nos domínios da ciência e da vida prática, dirão que Clifford tem razão; mas não nos domínios da religiosidade.

A resposta clássica à defesa do agnosticismo de Clifford é da autoria de **William James** (1842-1910). Este filósofo concorda que não temos o direito de acreditar em algo só porque isso nos dá jeito, e que por vezes é de facto um mal acreditar em algo sem provas suficientes. Contudo, defende que a suspensão da crença nem sempre é a opção mais correcta quando não temos provas nem a favor nem contra a verdade de uma certa proposição. As crenças religiosas, como a crença em Deus, é um desses casos. James defende que é eticamente legítimo acreditar que Deus existe mesmo sem provas suficientes.

Mas o que faz da crença em Deus um caso especial? William James defende que há três aspectos que fazem da crença em Deus um caso especial:

1. Para muitas pessoas, acreditar que Deus existe não é como acreditar que o Sol é basicamente feito de hidrogénio. A crença na existência de Deus exerce uma atracção especial. James diz que a crença na existência de Deus é, neste sentido, uma **opção viva** – algo que pode mudar o modo como vivemos.
2. Se acreditarmos na existência de Deus e isso for verdade, ganharemos um bem vital, como a bênção divina e a possibilidade de uma vida eterna. Além do mais, só temos uma oportunidade – ou acreditamos na existência de Deus ou não. E se não acreditarmos, e Deus existir, perderemos esse bem vital para sempre. James diz que, neste sentido, a crença em Deus é uma opção **momentosa** (de enorme importância).
3. James defende que é impossível não ter uma posição relativamente à existência de Deus: a crença em Deus é uma opção **forçosa**, dado que, quer acreditemos quer não, não podemos escapar às consequências de tal decisão. Ou acreditamos que Deus existe ou que não existe. Decidir suspender a crença em Deus terá as mesmas consequências que acreditar que não existe – em ambos os casos, perderemos o bem vital que obteremos caso Deus exista.

James defende que estes três aspectos fazem a crença religiosa ser especial. E defende que, quando uma crença apresenta estas características, é uma **opção genuína**.

Como vimos, Clifford defende que temos o dever de permanecer agnósticos porque não temos provas suficientes nem a favor nem contra a existência de Deus. James argumenta que tal decisão é igualmente passional, uma decisão que tem por base os nossos sentimentos e inclinações naturais e não a razão; a decisão consiste em evitar acreditar numa falsidade a todo o custo:

A tese que defendo exprime-se brevemente deste modo: *A nossa natureza passional não só pode como deve legitimamente optar entre várias proposições sempre que se trate de uma opção genuína acerca da qual não podemos, dada a sua própria natureza, decidir por meios intelectuais; pois dizer, nessas circunstâncias, «Não decidas, mas deixa a questão em aberto», é em si uma decisão passional – tal como decidir sim ou não – e tem o mesmo risco de perder a verdade [...]*

William James, «A Vontade de Acreditar», 1897, trad. de Célia Teixeira, p. 371

No caso da crença em Deus, não se trata apenas de ganhar uma verdade ou evitar acreditar numa falsidade. As consequências de não acreditar em Deus, se Deus existir, são momentosas. É verdade que o agnóstico, ao suspender a crença em Deus, não corre o risco de acreditar numa falsidade. Mas ao fazê-lo arrisca-se a não acreditar numa verdade e a perder um bem vital.

	Agnóstico	Crente
Possíveis perdas	Acreditar numa verdade; bem vital.	Acreditar numa falsidade.
Possíveis ganhos	Não acreditar numa falsidade.	Acreditar numa verdade; bem vital.

Supondo que a questão da existência de Deus não pode ser decidida racionalmente, James defende que é eticamente legítimo acreditar na sua existência, evitando assim a perda de um bem vital. Mas do facto de ser eticamente legítimo acreditar em Deus não se segue que tenhamos de o fazer. James defende que nestes casos se trata de uma questão de tolerância.

Ninguém deve passar vetos aos outros, nem trocar palavras caluniosas. Devemos, pelo contrário, delicada e profundamente respeitar a liberdade mental de cada um: só então iremos erigir a república intelectual; só então teremos o espírito de tolerância interna sem o qual toda a nossa tolerância externa não passa de um mito [...]; só então iremos viver e deixar viver, tanto em questões especulativas como práticas.

William James, «A Vontade de Acreditar», 1897, trad. de Célia Teixeira, p. 376

Segundo James, é eticamente legítimo que Clifford seja agnóstico; mas também é legítimo não concordar com a ética de Clifford. O que não é legítimo é Clifford impor a sua ética da crença aos outros. De acordo com James, todos têm a legitimidade ética de acreditar naquilo que a razão não consegue decidir, desde que se trate de uma opção genuína, como é o caso da crença em Deus.

Revisão

1. O que faz da crença em Deus uma opção genuína, segundo James?
2. Por que acha James que o agnosticismo de Clifford é também uma decisão passional?
3. Por que razão é legítimo, segundo James, acreditar na existência de Deus na ausência de provas suficientes a seu favor?

Discussão

4. «O agnosticismo, ao contrário do que James diz, não é uma decisão passional, pois Clifford deu amplas razões a seu favor.» Concorda? Porquê?
5. «A defesa da crença religiosa de James não é passional. Afinal, James argumenta que é melhor acreditar na existência de Deus do que não acreditar, pois podemos assim ganhar um bem vital – algo que parece bem calculado e muito pouco passional.» Concorda? Porquê?
6. «Clifford argumenta que não devemos acreditar em algo sem provas suficientes pois isso refreia em nós o hábito de testar e pôr à prova as nossas crenças. Mas James nem mostra que acreditar em Deus sem provas suficientes não enfraquece esse hábito, nem que o bem vital que podemos ganhar ao acreditar na existência de Deus supera o mal que possamos causar às nossas práticas intelectuais e à humanidade no seu todo. E sem isso fica por mostrar que Clifford está enganado. Logo, devemos ser agnósticos.» Concorda? Porquê?

Texto 42

A Vontade de Acreditar

William James

[...] A religião surge como uma opção momentosa. Supostamente ganhamos, mesmo agora, pela nossa crença, e perdemos pela nossa não-crença, um certo bem vital. Em segundo lugar, a religião é uma opção forçosa, à medida desse bem. Não podemos escapar a isto ao permanecermos cépticos esperando por mais dados, porque, sendo certo que desse modo evitamos o erro *se a religião não for verdadeira*, perdemos o bem, se for verdadeira, com a mesma certeza que perderíamos se escolhêssemos positivamente não acreditar. É como se um homem hesitasse indefinidamente pedir uma mulher em casamento porque não estava completamente seguro de ela se vir a revelar um anjo depois de a levar para casa. Não estaria ele deste modo a privar-se da possibilidade de ter um anjo de modo tão definitivo como se casasse com outra pessoa? O cepticismo, deste modo, não é uma forma de

não optar; é optar por um certo tipo de risco. *É melhor arriscar perder a verdade do que cair no erro* – esta é exactamente a posição daquele que veta a fé. Ele está activamente a arriscar do mesmo modo que o crente; está a apoiar a posição contrária à hipótese religiosa, tal como o crente apoia a hipótese religiosa contra essa posição. Apregoar o cepticismo a todos nós como um dever até termos «provas suficientes» a favor da religião é, deste modo, equivalente a dizer, quando em presença da hipótese religiosa, que ceder ao medo de esta ser errada é mais prudente e melhor do que ceder à nossa esperança de que seja verdadeira. Logo, não é o intelecto contra as nossas paixões; é apenas o intelecto com uma paixão a ditar a sua lei.

[...] Deste modo, eu, pelo menos, não consigo aceitar as regras do agnóstico para a procura da verdade, nem concordar de boa vontade em deixar de lado a minha natureza volitiva. Não o posso fazer por esta simples razão: *uma regra do pensamento que me iria impedir em absoluto de reconhecer certo tipo de verdades se tais tipos de verdades existissem realmente, seria uma regra irracional.*

[...] Se tivéssemos um intelecto infalível com as suas certezas objectivas, poderíamos sentir-nos desleais para com tão perfeito órgão ou conhecimento ao não confiarmos exclusivamente nele, por não esperarmos pela sua professa palavra. Mas [...] se acreditamos que nenhuma campanha soa em nós de modo a ficarmos a saber com toda a certeza quando a verdade está ao nosso alcance, então parece uma inutilidade fantasiosa apregoar tão solenemente o nosso dever de esperar pelo toque da campanha.

William James, «A Vontade de Acreditar», 1897, trad. de Célia Teixeira, pp. 374-376

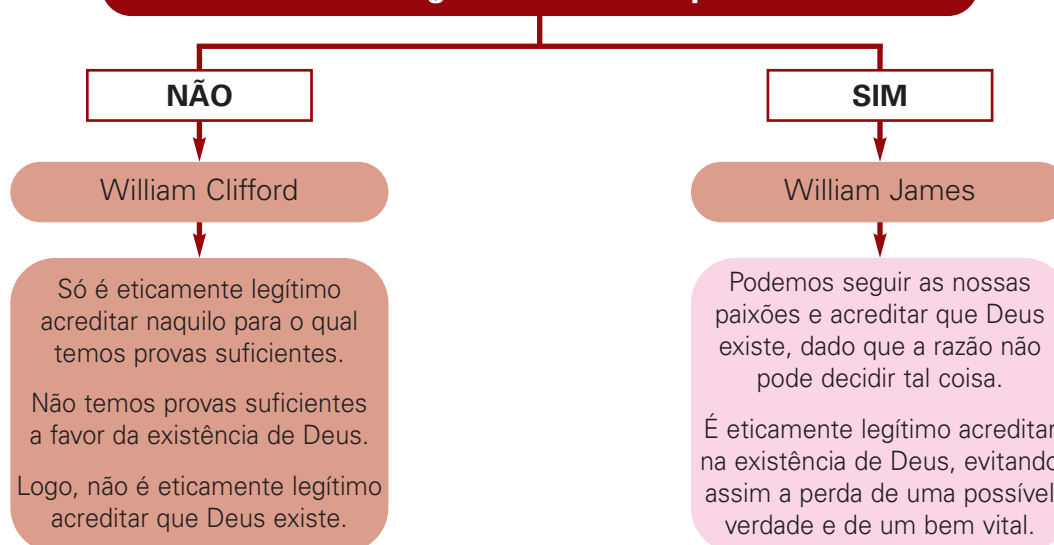
Interpretação

1. O que significa dizer que a religião é uma opção momentosa?
2. O que significa dizer que a religião é uma opção forçosa?
3. Por que acha James que o cepticismo não é uma forma de não optar?
4. «Não é o intelecto contra as nossas paixões; é apenas o intelecto com uma paixão a ditar a sua lei.» O que quer o autor dizer?
5. «Se acreditamos que nenhuma campanha soa em nós de modo a ficarmos a saber com toda a certeza quando a verdade está ao nosso alcance, então parece uma inutilidade fantasiosa apregoar tão solenemente o nosso dever de esperar pelo toque da campanha.» O que quer o autor dizer?

Discussão

6. «É melhor arriscar perder a verdade do que cair no erro.» Concorda? Porquê?
7. «Uma regra do pensamento que me iria impedir em absoluto de reconhecer certo tipo de verdades se tais tipos de verdades existissem realmente, seria uma regra irracional.» Concorda? Porquê?
8. «Se a nossa razão fosse infalível, devíamos segui-la sempre, mas como não é, então não temos o dever de a seguir sempre.» Concorda? Porquê?
9. «Precisamente porque a nossa razão é falível, temos de analisar cuidadosamente os dados de que dispomos antes de acreditar em algo. Só se fosse infalível é que tais cautelas seriam desnecessárias.» Concorda? Porquê?

Será eticamente legítimo acreditar que Deus existe?



Estudo complementar

- Clifford, William (1878) «A Ética da Crença», in *Textos e Problemas de Filosofia*, org. de Aires Almeida e Desidério Murcho. Lisboa: Plátano, 2006, Cap. 6.
- Kolak, Daniel e Martin, Raymond (2002) «Deus» in *Sabedoria sem Respostas*, trad. de Célia Teixeira. Lisboa: Temas e Debates, 2004, Cap. 6.
- @ Murcho, Desidério (2005) «Verdade», in *Crítica*, 2005, <http://www.criticanarede.com/html/ed103.html>.